

POPULAÇÃO RESIDENTE	2001			2011		
	total	H	M	total	H	M
Portugal	10 356 117	5 000 141	5 355 976	10 562 178	5 046 600	5 515 578

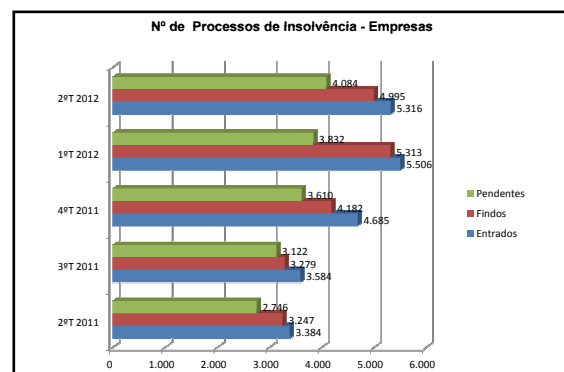
Dívida pública (em % do PIB)

Período	Dívida pública (em % do PIB)
2ºT 2011	106,7
3ºT 2011	110,4
4ºT 2011	108,1
1ºT 2012	111,5
2ºT 2012	117,6

Défice público (em % do PIB)

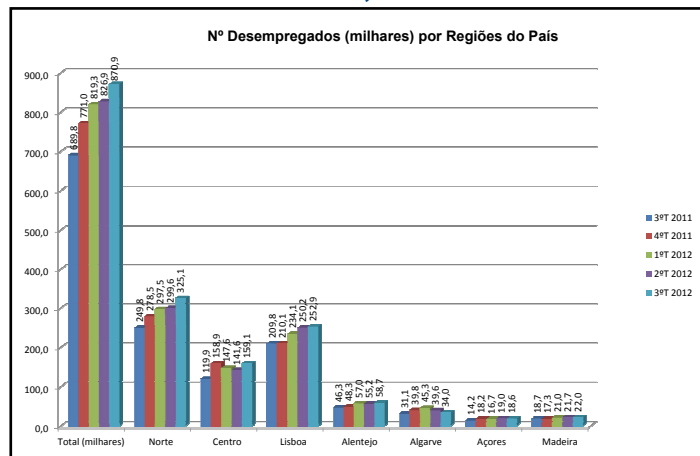
Período	Défice público (em % do PIB)
2ºT 2011	9
3ºT 2011	3,6
4ºT 2011	-2,2
1ºT 2012	7,8
2ºT 2012	5,9

Processos gerados por impossibilidade do devedor de cumprir as suas obrigações financeiras, por falta de meios próprios ou por falta de crédito. Processos entrados: processos de falência, insolvência e recuperação de empresas entrados no Tribunal Judicial de 1ª Instância. Processos findos: processos de falência, insolvência e recuperação de empresas concluídos pelo Tribunal Judicial de 1ª Instância. Processos pendentes: processos de falência, insolvência e recuperação de empresas que, no final de período, aguardavam decisão do Tribunal Judicial de 1ª Instância.



TRABALHO

DESEMPREGADOS: **15,8%** ↑



O desemprego em Portugal atingiu níveis históricos. Situação que decorre da recessão económica, que os últimos dados do INE revelaram, apesar do investimento ter caído em três anos 41% segundo o Banco de Portugal, e como sem investimento não é possível nem criar emprego nem sair da recessão económica – 6.480 milhões € de fundos comunitários do orçamentado até 30/9/2012, ficaram por utilizar. Os dados que o INE divulgou em 14/11/2012, dizem-nos que no 3º Trimestre de 2012, o desemprego oficial atingiu **15,8% (870.900 desempregados)**, mas o desemprego real, que inclui também os desempregados que não constam das estatísticas oficiais de desemprego ou por não procurarem emprego ou por qualquer outra razão, atingiu **23,7% (1.367.400 desempregados)**.

Desde o 1º Trimestre de 2011, ou seja, desde que este governo tomou posse e a “troika” entrou em Portugal (2ºT2011-3ºT2012), o número oficial de desempregados aumentou em 195.900, mas o desemprego real subiu em 333.300. No entanto, o número de desempregados que recebem subsídio de desemprego aumentou apenas em 84,4 mil, sendo o total, no fim de Agosto de 2012, somente 370,1 mil (42,5% dos desempregados oficiais e 27,1% do desemprego real). Assim, no 3º Trim.-2012, dos 1.376.400 desempregados que existiam no país segundo os dados do INE, quase um milhão de portugueses (997,3 mil) desempregados não tinham direito a subsídio de desemprego sendo empurrados para a miséria.

Num ano (3ºTrim.2011 - 3ºTrim.2012), o número de postos de trabalho destruídos atingiu 197,4 mil (o emprego diminuiu de 4.853,7 mil para 4.656, 3 mil), tendo o número de desempregados com um nível de escolaridade até ao básico crescido em 15,6%, mas os com ensino secundário aumentaram em +46,4%, e os com o ensino superior em +45,8%. No fim do 3º Trim.-2012, 50,9% dos desempregados estavam no desemprego há mais de um ano, portanto eram desempregados de longa duração em que o risco de exclusão social aumenta com a duração do desemprego.

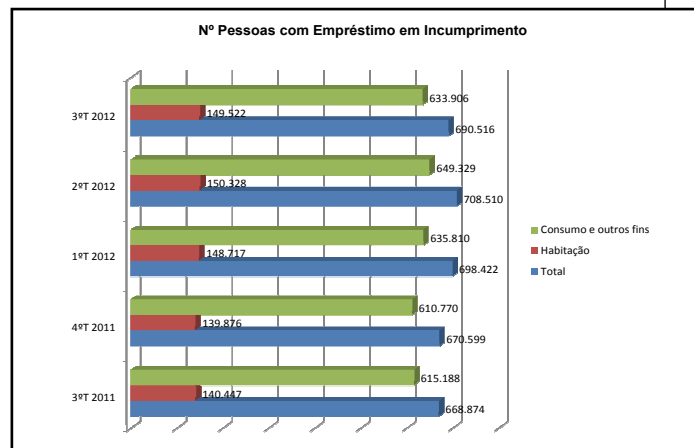
A emigração - O número de jovens na população ativa está a diminuir em Portugal. Os especialistas apontam a emigração como justificação do fenómeno. 100 mil pessoas abandonaram o país em 2011 e o fenómeno deverá repetir-se 2012. Entre Junho de 2011 e Junho de 2012, terão deixado a população ativa portuguesa 65 mil jovens com idades entre os 25 e os 34 anos, o que corresponde a uma descida de 4,7% da população ativa. 44 mil das 65 mil saídas registadas só no primeiro semestre de 2012, segundo dados do INE.

A diminuição observada foi maior entre os homens. O fenómeno relaciona-se com a emigração que tende a atingir mais o sexo masculino, que foi também o mais afetado pelo desemprego. Os números indicam que a emigração esteja a ocorrer, maioritariamente, em faixas etárias até aos “30 e poucos anos”. Pode observar-se também que o fenómeno atinge muitos jovens licenciados que ao concluir o ensino superior, abandonam logo o país.

ENDIVIDAMENTO DOS PARTICULARES

Nº DE PESSOAS COM EMPRÉSTIMO EM INCUMPRIMENTO

Devedores residentes, com empréstimos concedidos por instituições financeiras, que não os pagaram dentro do prazo estabelecido. No caso dos créditos conjuntos, em que há mais de uma pessoa a assumir a responsabilidade pelo pagamento, é contabilizado o número total de responsáveis (excluem-se fiadores e avalistas).



Pobreza Infantil - Mais de 27% das crianças portuguesas vivem em situação de carência económica. O retrato é traçado no relatório “Medir a Pobreza Infantil”, apresentado pela Unicef e que coloca Portugal em 25.º lugar numa lista de 29 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

Por carenciada a Unicef considera qualquer criança até aos 16 anos que não tenha acesso a duas ou mais de 14 variáveis consideradas “normais e necessárias” num país desenvolvido. Exemplos? Três refeições por dia, um local tranquilo para fazer trabalhos de casa, ligação à Internet, pelo menos dois pares de calçado e possibilidade de celebrar ocasiões como o aniversário. Na tabela classificativa que daí resulta, Portugal surge nos últimos lugares. Piores apenas a Letónia, Hungria, Bulgária e Roménia.

Se a amostra incluir apenas as famílias monoparentais, a percentagem dispara para cerca do dobro: 46,5% das crianças portuguesas que vivem só com o pai ou só com a mãe estão em situação de privação material. Em Espanha, por comparação, esta taxa não ultrapassa os 15,3%. Mas as crianças que estão em piores lençóis ainda são aquelas cujos pais estão desempregados: aqui o índice de carência atinge os 73,6% entre as crianças portuguesas, enquanto em Espanha não passa dos 33,5%.

Assim concluiu-se ainda que 14,7% das crianças portuguesas até aos 16 anos vivem abaixo do limiar de pobreza, ou seja, em lares cujos rendimentos anuais por adulto estão 50% abaixo da mediana da distribuição dos rendimentos (cerca de 400 euros por mês). Aqui Portugal também não sai muito bem na fotografia. Está em 26.º lugar numa lista composta por 35 países, sendo que abaixo surgem países como a Itália, Grécia e Espanha.



informação

Construída a partir de indicadores de 2009 – e que remontam a dois ou mesmo três anos antes dessa data, embora não haja estatísticas internacionais comparáveis que permitam medir o que está a acontecer em termos de pobreza infantil na sequência da crise social e económica dos últimos três anos, apesar de sujeitas a fortes medidas de austeridade que se repercutem no corte de apoios sociais, as famílias “mesmo as de mais baixos rendimentos, dispõem de uma almofada – em forma de poupanças, bens ou ajudas de outros membros da família – que lhes tem permitido mitigar o impacto da crise. Quando esta almofada se esvaziar, “a pobreza infantil vai voltar a disparar”, apontando 2013 como ano de rutura na relativa estabilização da pobreza infantil nos últimos anos. Dito de modo mais contundente, “o pior ainda está para vir”

As críticas visam os governos de cada país, nomeadamente porque têm negligenciado a simples monitorização do fenómeno, mas também a própria Comissão Europeia. “Desde que a crise económica começou, a pobreza infantil parece ter-se eclipsado da agenda europeia”. São já cerca de 13 milhões de crianças da União Europeia que vivem sem acesso a elementos básicos necessários para o seu desenvolvimento.

Afinal, “ninguém pode alegar que é culpa das crianças que a economia tenha entrado em recessão ou que os pais tenham caído no desemprego”.

ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO POR SEXO (%)	2001			2011		
	TOTAL	H	M	TOTAL	H	M
JOVENS PORTUGAL	16,00	16,95	15,11	14,89	15,93	13,93
IDOSOS PORTUGAL	16,35	14,16	18,40	19,03	16,69	21,17

Idosos – Segundo o INE revelam que o número de idosos (mais de 65 anos) atingirá, em Portugal, a marca de 2,95 milhões em 2050, mais um milhão do que em 2005 (1,78 milhão) e 2006 (1,82 milhão). Neste cenário, agravar-se-á o processo de envelhecimento da população portuguesa expresso no índice de envelhecimento, que é hoje de 112 idosos por cada 100 jovens e em 2046 será de 238 pessoas com mais de 65 anos por cada 100 até aos 14 anos.

A evolução demográfica em Portugal desde a década de sessenta assistiu à quase duplicação do número de pessoas com idades superiores a 65 anos. Ao mesmo tempo, a população com menos de 15 anos decresceu. Este facto explicasse pela diminuição do número de filhos por cada portuguesa e pelo aumento da esperança de vida. Com efeito, enquanto que na década de vinte apenas se vivia até aos 40 anos, hoje, a média subiu para idades que ultrapassam os 70 anos. Mesmo assim, Portugal é o país da União Europeia em que a esperança de vida masculina é mais baixa. 85% dos idosos portugueses têm um rendimento mensal igual ou inferior a 409,50, a reforma mínima do regime geral. Se não fossem os apoios da Segurança Social, das instituições de solidariedade social e das famílias, a maioria não conseguiria sobreviver com o que recebe ao fim do mês.

A pensão mínima do regime rural é de (224,60€) e, segundo dados do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, é a que recebem 191 800 pensionistas. Existem ainda 33 031 com uma pensão social (187,18€).

Em Portugal há presentemente cerca de um milhão e meio de idosos. Entre estes, pelo menos 300 mil juntam aos problemas específicos da idade, a doença e a pobreza. Acresce ainda que no nosso país os

idosos serão muitos mais num período relativamente curto. É esta a verdadeira dimensão do desafio que se coloca às autoridades públicas nacionais. **Com efeito, é ao poder político que compete dar expressão concreta ao imperativo constitucional de assegurar condições económicas que permitam aos idosos continuar a participar ativamente na vida do país.**

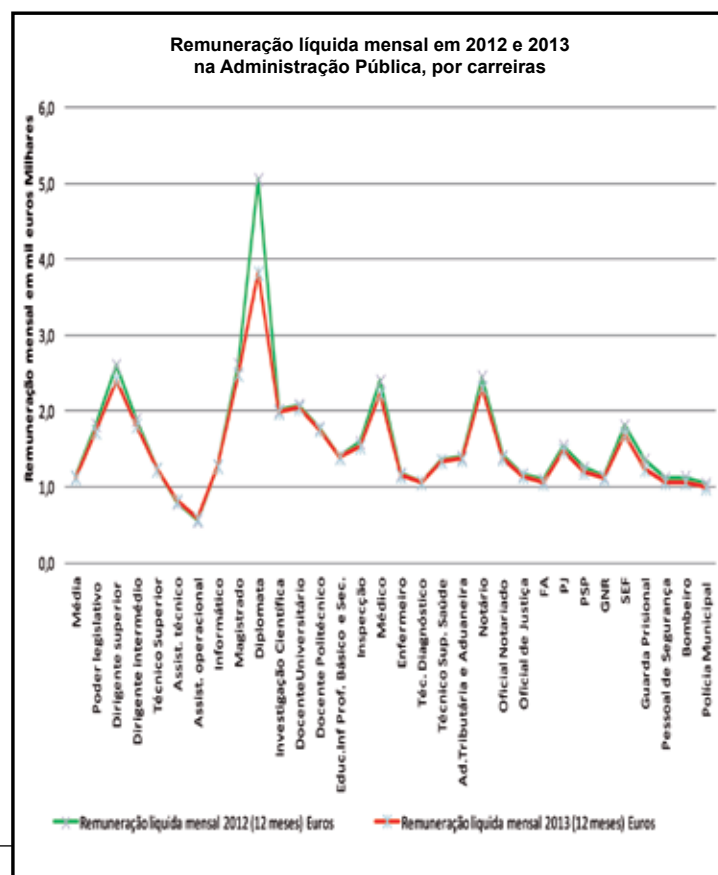
O.E. para 2013 consubstancia o mais brutal ataque às condições de vida dos portugueses, da continuada retirada de direitos, muitos deles consagrados na Constituição da República. É ainda um ataque com particular violência para os trabalhadores da administração pública, do qual os militares como corpo especial fazem parte.

No conjunto de medidas de consolidação orçamental que constam no OE 2013, cerca de 20% incidem sobre a redução da despesa e 80% sobre o aumento da receita, mesmo quando o Governo já tinha reconhecido aquando do OE 2012 que “o esforço do lado da receita atingiu já os limites do sustentável”.

Este OE/2013 representa o maior aumento de impostos da história portuguesa e faz com que Portugal seja o 2º país do mundo com maior aumento de impostos. Aos reformados é exigido um esforço maior do que aos trabalhadores no ativo, aos com salários baixos e médios, mais do que aos de rendimentos elevados, e nem os desempregados ou doentes foram esquecidos neste esbulho fiscal.

O aumento do IRS a pagar é pronunciado, mas não apenas devido aos escalões de IRS. As restantes mudanças, tais como a mudança nos limites das deduções à coleta (tais como as despesas com educação e saúde habitualmente incluídas na declaração final de imposto) e a sobretaxa de IRS, levam a que os aumentos sejam muito mais evidentes.

Este OE/2013 preconiza a continuidade dos anteriores e será mais uma machadada nos já depauperados vencimentos dos militares. Para alguns infelizmente a penhora do vencimento é uma constatação, para outros será uma questão de tempo.



(Parcela do rendimento apropriada pelo Estado em 2013)

DADOS COMUNS		SETOR PRIVADO	FUNÇÃO PÚBLICA	PENSIONISTAS
Remuneração ou pensão mensal ilíquida	Remuneração por conta de outrem ou Pensão anual ilíquida	IRS (inclui sobretaxa de 3,5%)	IRS (inclui sobretaxa de 3,5%) + cortes de remunerações + confisco da totalidade do subsídio de férias	IRS (inclui sobretaxa de 3,5%) + cortes de pensão +confisco de 90% do subsídio de férias
620 €	8.680 €	450 €	525 €	484 €
900 €	12.600 €	1.287 €	1.736 €	1.691 €
1.000 €	14.000 €	1.735 €	2.334 €	2.274 €
1.200 €	16.800 €	2.631 €	3.447 €	3.366 €
1.600 €	22.400 €	4.423 €	6.006 €	5.901 €
1.800 €	25.200 €	5.412 €	7.100 €	6.998 €
2.000 €	28.000 €	6.546 €	8.278 €	8.389 €
2.500 €	35.000 €	9.381 €	12.029 €	12.560 €
3.000 €	42.000 €	12.216 €	15.781 €	16.732 €
3.500 €	49.000 €	15.443 €	19.532 €	21.028 €
4.000 €	56.000 €	18.838 €	23.509 €	25.314 €
4.500 €	63.000 €	22.233 €	27.563 €	29.345 €
5.000 €	70.000 €	25.628 €	31.551 €	33.309 €
5.500 €	77.000 €	29.023 €	35.538 €	37.273 €
6.000 €	84.000 €	32.418 €	39.525 €	41.238 €
6.500 €	91.000 €	36.192 €	43.512 €	45.202 €
7.000 €	98.000 €	39.972 €	47.500 €	49.305 €
10.000 €	140.000 €	62.652 €	73.232 €	75.035 €
15.000 €	210.000 €	100.452 €	116.322 €	117.918 €
20.000 €	280.000 €	138.252 €	159.412 €	160.801 €

OE-2013 trata de uma forma desigual os cidadãos violando art.º 13º da Constituição da República. Para este governo os cidadãos não são todos iguais perante a lei, uma vez que trata fiscalmente de uma forma desigual cidadãos com os mesmos rendimentos são obrigados a entregar ao Estado, por meio de impostos, uma parcela desigual do seu rendimento. E isto é ainda mais grave depois do Tribunal Constitucional ter declarado tal procedimento em 2012, por parte do governo, inconstitucional.

É preciso reverter esta situação. Portugal e os Portugueses não aguentam mais austeridade, menos estado social, mais injustiças, menos dignidade, mais impostos, menos saúde, mais cortes, menos educação, mais pobreza, menos equidade e mais desemprego.

FONTES:

Eugénio Rosa - Economista